

Os primórdios do reino de Portugal. Argumentação e Política no “Diálogo Segundo”, de Pedro de Mariz*

Isabel Barros Dias
Universidade Aberta e IELT / IEM - FCSH/NOVA
Isabel.Dias@uab.pt

Data de receção do artigo: 30-06-2016
Data de aceitação do artigo: 25-07-2016

Resumo

Os *Diálogos de Vária História*, de Pedro de Mariz, configuram a primeira obra em português dedicada à vulgarização historiográfica. Redigida em modo dialogal, em finais do séc. XVI, o seu sucesso editorial foi considerável, tendo assim contribuído para a mais ampla divulgação de um conjunto de posições político-culturais dominantes na época. O presente artigo procede à análise de alguns destes vetores com base na parte do “Diálogo Segundo” de Mariz que incide sobre os primórdios do reino português. Identifica como preponderantes os temas da valorização de Portugal no contexto da União Ibérica e a superioridade da missão destes reinos no quadro de uma visão maniqueísta de uma Europa fraturada em termos político-religiosos; o encómio dos reis de Portugal, com destaque para o fundador, Afonso Henriques, articulável com os movimentos de canonização deste rei, protagonizados pelos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça; e ainda, a um nível mais pessoal, a defesa da dignidade e da idoneidade do “conhecedor de História”, o que obviamente se reflete na imagem do próprio autor.

Palavras-chave: Diálogos – Pedro de Mariz – séc. XVI – Afonso Henriques – União Ibérica

* O presente artigo decorre do trabalho realizado com vista à elaboração de uma edição crítica dos *Diálogos de Vária História*, de Pedro de Mariz, no quadro do projeto *Recuperar o Diálogo (edição crítica e estudo)*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (Processo n.º 139446).

Abstract

Dialogos de Vária História by Pedro de Mariz is the first work in Portuguese dedicated to historiographical vulgarization. Written in dialogical mode, at the end of the 16th century, this publication had a significant editorial success, contributing thus to the wider dissemination of a set of political and cultural positions prevailing at the time. This article examines some of these vectors, based on part of Mariz' "Second Dialogue" which focuses on the beginnings of the Portuguese kingdom. It identifies as preponderant the themes of the valuation of Portugal in the context of the Iberian Union, and the superior value of these kingdom's mission in the framework of the manichaeian vision of an Europe fractured in political and religious terms; the encomium of the kings of Portugal, especially the founder, Afonso Henriques, that can be articulated with the movements aiming at the canonization of this king, carried out by Santa Cruz of Coimbra and Alcobça monasteries; and also, on a more personal level, the defence of the dignity and reputation of the "History connoisseur", which of course reflects on the author's own image.

Keywords: Dialogues – Pedro de Mariz – 16th century – Afonso Henriques – Iberian Union

1. Introdução

Os *Diálogos de Vária História*, de Pedro de Mariz (1550?-1615), refletem a convergência de dois importantes vetores literários. Por um lado, a forma dialógica, cujas raízes remontam à Antiguidade clássica e que, no Renascimento, ressurgiu com pujança e vigor notáveis¹. Pelo outro lado, a vetusta tradição historiográfica, que Mariz atualiza e reinventa ao vertê-la numa

¹ Para um catálogo dos diálogos até ao momento identificados em bibliotecas portuguesas, o trabalho mais recente é o de Alpalhão / Dias (2016). Para um catálogo de âmbito hispânico, ver a base de dados "Dialogyca". Para uma panorâmica sobre a produção dialógica deste período (no que respeita aos principais temas abordados - espiritualidade, história, política, questões sociais e do quotidiano... -, bem como às características retóricas que marcam a forma dialógica) ver Nascimento (2011). Ver ainda Gómez (2000) que também aborda questões fundamentais de caráter geral (antecedentes, características, modelos, trajetória e limites do género), mas que incide sobretudo sobre a presença da forma dialógica em Espanha.

forma textual então na moda. A aliança entre estes dois vetores, acrescida das possibilidades de difusão que a imprensa facilitava, resultou num enorme sucesso editorial que se concretizou na sucessiva publicação de duas edições em vida do autor. Estas duas edições distam entre si uns meros cinco anos. A primeira data de 1594. Pouco depois, esta versão foi reformulada e ampliada numa segunda edição, terminada em 1599, como informa o cólofon², sendo que o frontispício destes exemplares, ora indica a data de 1597, ora a de 1598. Esta multiplicidade de datas leva a crer que a segunda edição dos *Diálogos* terá sofrido bastantes emendas em curso de impressão, o que era bastante comum na época, mas que terá levado a que a obra tivesse demorado bastante tempo a sair do prelo. A demora justifica-se ainda por uma razão externa, um surto de peste que terá assolado Coimbra e que obrigou à fuga para os arredores da cidade, para a Ribeira de Sernache dos Alhos, onde a impressão da obra foi terminada. Tendo em consideração este contexto editorial, usaremos no presente trabalho um exemplar dos que indicam o ano de 1598 no frontispício, assumindo que estes são os que terão integrado em maior número as prováveis retificações realizadas aquando da publicação e, conseqüentemente, transmitirão a última versão do autor. Pontualmente, o texto desta versão será cotejado com um dos impressos de 1594 com vista à identificação de alterações³.

A convivência de Pedro de Mariz com a atividade editorial (o editor dos *Diálogos*, António de Mariz, era o seu pai), acrescida da proximidade com os estudos universitários (estudou na Universidade de Coimbra, tendo sido aprovado como bacharel em Cânones em março de 1595, ou seja, no ano seguinte ao da publicação da primeira edição dos *Diálogos*)⁴ constituem fatores que poderão ter

²

“Acabouse de Imprimir, a segunda vez, esta Primeyra parte dos Dialogos de Varia Historia; e a Ribeyra de Sernache dos Alhos, em os Moinhos do acipreste, a 8 dias de Abril, de 1599. Na Oficina de Antonio de Mariz, Impressor da Vniuersidade.” (Mariz 1599: cólofon).

³ O exemplar da edição de 1598-1599 usado é o da Universidade Complutense de Madrid (disponibilizado *online* pelo Google Books). O exemplar de 1594 consultado é o existente na Biblioteca Nacional de Portugal (disponibilizado *online* pela Biblioteca Nacional Digital).

⁴ Pedro de Mariz foi ainda guarda da Biblioteca da Universidade de Coimbra e corretor da sua “Impressão”, bem como escrivão da Torre do Tombo, em Lisboa. Para além do pai, vários outros elementos da sua família foram impressores e tiveram laços

motivado a didatização de temas historiográficos e a sua vulgarização junto de um público alargado, características estas que, à época, não sendo inéditas⁵, são no entanto inovadoras⁶. Também a integração de gravuras com as efigies dos vários reis de Portugal, pontuando as várias partes do livro, poderá ter contribuído para fomentar a aceitação ampla da obra, uma vez que a união entre a imagem e o escrito constitui um aliciante para os leitores. Além disto, o facto de Mariz estabelecer um pano de fundo literário e dialógico implica que os temas históricos sejam veiculados a partir de um ponto de vista específico e assumido pela personagem que, num tom relativamente descontraído, conta acontecimentos e comentários, dando-lhes sentido(s). É precisamente a existência de uma voz que defende determinadas ideias, argumenta e raciocina sobre elas, aduzindo fundamentos de índole histórica, que permite e estimula a abordagem dos *Diálogos de Vária História* como testemunho de posicionamentos políticos específicos.

Em virtude das dimensões da obra, o presente estudo limita-se a abordar as passagens respeitantes aos inícios do reino de Portugal e ao seu primeiro rei, D. Afonso Henriques. Neste trecho, e entendendo o conceito de “posicionamento político” *lato sensu*, foi possível identificar algumas grandes áreas argumentativas que se articulam entre si. Aliás, no Diálogo Segundo perfilam-se desde logo

com a Universidade. As informações biográficas sobre Pedro de Mariz referidas neste artigo tiveram por base Castro (1914), Carvalho (1914), Rau / Macedo (1965), Carvalho (1973) e Almeida (2011).

⁵ Os *Diálogos* de Frei Amador Arrais também abordam temas históricos e foram, igualmente, publicados em Coimbra, na oficina de António de Mariz. A data de publicação destes diálogos é 1589, afirmando o autor no “Prólogo ao Leitor” que continuou e terminou uma obra iniciada pelo irmão, Jerónimo Arrais, o que leva a colocar o projeto da obra em data anterior. Que Mariz conhecia esta obra é um dado adquirido uma vez que existe uma alusão, nos *Diálogos de Vária História*, a um *Diálogo da Glória*, remissão esta que já aparece nos testemunhos da primeira edição da obra (Mariz 1594: 34r). Para uma abordagem comparativa entre estas duas obras, ver Nascimento 2011: 137-150, onde a autora procede à identificação de algumas características significativas dos diálogos sobre história, caso do providencialismo, da exemplaridade e das oscilações entre discurso valorativo e objetivo.

⁶ Apesar da historiografia, regra geral, se preocupar com a transmissão de ensinamentos (recorde-se, a este respeito, a máxima ciceroniana *Historia magistra vitae*), a apresentação dos acontecimentos históricos de forma didática constitui uma inovação. A este respeito, veja-se Rau / Macedo (1965: 11, 17 e 21) que referem, como inovações da obra de Mariz, a introdução de gravuras e a utilização de novos recursos de seleção, organização e exposição da matéria, salientando ainda a sua perspectiva de conjunto e a procura de explicações e sentidos globais.

vários traços marcantes da obra, com especial destaque para o capítulo V que é dos mais conhecidos por integrar a Certidão de Afonso Henriques, relativa à sua visão de Cristo aquando da batalha de Ourique. Assim, abordaremos a seguir algumas linhas que, a nosso ver, mais sobressaem: as reflexões sobre a excelência de Portugal e o seu valor no quadro da União Ibérica; o encómio de algumas personagens históricas específicas, com destaque para Afonso Henriques, mas sem esquecer os seus sucessores e, finalmente, a defesa e valorização da imagem e das opiniões da personagem que nos diálogo se configura como um *alter ego* do autor.

O reino de Portugal e a União Ibérica

Pedro de Mariz viveu os últimos anos em que Portugal foi um reino independente, mas a sua obra vê a luz já em plena União Ibérica, ou seja, quando Portugal se encontra sob domínio filipino. Relativamente a esta questão, percebe-se a existência de duas linhas de reflexão que atualmente nos podem parecer contraditórias, mas que na época seriam convergentes, uma vez que o rei de Espanha recebeu a coroa portuguesa por herança dinasticamente justificada.

A primeira linha consiste na intransigente defesa e valorização do reino português. Dado o contexto político da época, o facto de Pedro de Mariz escrever uma obra de exaltação a Portugal, em português, assume uma veemência acrescida, uma vez que este reino, havia pouco tempo, tinha experimentado as glórias e a agitação das descobertas marítimas e da expansão ultramarina, porém, no momento em que os *Diálogos* são publicados via-se relegado para a periferia, governado pelo vice-rei de um monarca distante. Apesar de Portugal ter mantido uma autonomia razoável durante a monarquia dual, a ausência de uma corte régia em Lisboa terá sido sentida com alguma tristeza e sentimento de perda⁷. A própria divisão da matéria de acordo com o sistema pitagórico das quatro idades do homem aponta nesse sentido, ao fazer coincidir o declínio com os últimos tempos antes da perda da independência⁸.

⁷ Para uma notável representação deste sentimento de perda e de ausência, veja-se outra obra em diálogo, vinte anos posterior, mas também do período da monarquia dual, *A Corte na Aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo.

⁸ Sobre este assunto, diz-nos Isabel Almeida: “Nesta sequência, desenha uma trajetória ascendente, da «infância» ao vigor «varonil», e se lhe contrapõe um

Na mesma linha estará o pano de fundo de suporte ao diálogo, que consiste no encontro, em Coimbra, entre “hũ Estudante Portuguez, versado na lição dos Filósofos & Historiadores antigos & modernos” (Mariz 1599:1r) (o que tem marcadas semelhanças com a situação e o percurso do autor...) com um peregrino italiano, um curioso que calcorreava mundo, procurando acumular sabedoria, e que afirma que até ao momento nunca tinha encontrado um lugar que tanto lhe fizesse recordar a sua pátria como Portugal⁹. Na sequência deste “mote”, os diálogos vão mostrar ao estrangeiro, prove-niente do local que outrora dominara o mundo conhecido, as bon-dades, maravilhas e feitos de Portugal e dos portugueses, tendo natu-ralmente subjacente a sua comparação com os feitos e glórias do Império Romano, comparação esta que é objetivamente explicitada:

Senão digão os nossos Romanos, sendo tão poderosos, quanto lhe custou o seu senhorio. Polo que se pòde affirmar, que ainda que os principios destes esclarecidos Reys fossem pequenos & pobres, em terras & vassallos: que de animos valerosos & grandes (com que se costuma conquistar o senhorio do mundo) forão muyto ricos & abastados. (Mariz 1599: 23r)

Porque sendo Portugal em seu principio, em comparação do pouo Romano, hũa pequena Cêtura, das muytas em *que* elles diuidião a sua cidade Roma: estendeo tanto suas Armas & senhorio, *que* não hà Ilha, nẽ Prouincia, ou Região algũa do Mar Oceano, Indico, & Austral, que experimentando suas forças & esforço, a gloria de seu nome não cõfessasse. Alcansando tão marauilhosas vittorias, com taes perigos & milagres confirmadas, que se não forão relatadas per testemunhas de vista, hoje serião haidas por fabulosas. (Mariz 1599: 23v)

declínio, protagonizado por D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, fá-lo também como se buscasse razão superior para a perda da independência. Este trauma, inegável, compensa-o Mariz sublimando a integração de Portugal na Monarquia Hispânica e tecendo encómios aos Filipes como guardiães ou «Coluna» do mundo católico” (Almeida 2011: 574).

⁹ “depois que me offereci aos trabalhos de tão larga peregrinação, & difficultosa empreza: alcãsey vêr muytas prouincias, muytos Reynos & cidades, & muytas gentes de varios & diuersos costumes: Mas nunca achey terra, que tão saudosa lembrança me representasse de minha patria, como esta vossa: porque assi em a natureza & frescura d’ella, como na benignidade dos ares, & quietação dos moradores, lhe he tão semelhante, que senão soubera estar esta em Portugal, & a minha em Italia, já podera ser que me enganãra.” (Mariz 1599: 2r).

Por outro lado, e é este o segundo vetor identificado, Mariz procede à acérrima defesa da União Ibérica, exaltada numa digressão argumentativa, relativamente pouco conhecida, que só consta na segunda edição da obra (1599: 48r-54v)¹⁰, e onde são produzidas reflexões sobre as vantagens da união em oposição aos males e devastação que a discórdia acarreta. Curiosamente, a digressão situa-se num momento em que o texto perde a sequência da sua paginação, havendo um hiato entre o fl. 45 e o 54, retomando-se a paginação no fólio 55 que está numerado como 44. Este hiato é compatível com a possibilidade de esta parte do capítulo V da segunda edição ter sido integrada num momento em que a obra já estava em curso de impressão. Porém, também poderá não ter sido uma inserção de última hora, uma vez que tanto os exemplares cujo frontispício está datado de 1587 como os que referem a data de 1588 coincidem neste detalhe.

Na digressão a que nos referimos, a discórdia é associada ao diabo e apresenta-se uma extensa lista de exemplos de ocasiões onde a união e a concórdia trouxeram a vitória para glória da cristandade, como a batalha de Clavijo, a conquista de Jerusalém, o reinado de Fernando I, a vitória das Navas de Tolosa (comparada à vitória do campo de Ourique), a expulsão dos Turcos da Hungria, ou ainda a batalha do Salado, relativamente à qual é dito que as setas e lanças de arremesso dos inimigos se voltavam contra eles (fl. 49r), um *topos* que também foi usado na cronística medieval, significativamente aplicado à batalha de Covadonga, que marca o início da reconquista cristã da Península Ibérica¹¹...

O texto refere-se ainda aos anteriores planos de União Ibérica gorados (primeiro com o príncipe D. Afonso, filho de D. João II, que morre escassos meses depois de casar com Isabel, primogénita dos

¹⁰ Os testemunhos da segunda edição dos *Diálogos de Vária História* apresentam um longo excurso que vai do final do fólio 35v até ao fólio 54v, constituindo um capítulo V. Esta digressão insere-se sensivelmente a meio do que na primeira edição era o capítulo IV (1594: 48r). A segunda parte do capítulo IV da edição de 1594 vai constituir, na segunda edição, um capítulo autónomo (1599: cap. VI) que trata das conquistas do rei Afonso Henriques. O bloco inserido inclui, não só a digressão sobre as vantagens da concórdia e os males da desunião, mas também a apresentação da Certidão de D. Afonso Henriques sobre o ocorrido na batalha de Ourique e a argumentação em defesa da veracidade deste documento, que comentaremos adiante.

¹¹ Veja-se, nomeadamente, a *Estoria de Espanna* de Afonso X, cap. 568 (Afonso X 1977: 323b).

Reis Católicos e, a seguir, com D. Miguel da Paz, fruto do casamento da mesma D. Isabel com D. Manuel, e que morreu ainda criança), apresentando-se de seguida o rei Filipe como escolha de Deus:

Tee que Deos permittio que em vida de sua Magestade morressem a este Reyno dezaseys pessoas que legitimamente nelle podião Reynar primeyro, para que elle sò, por Deos escolhido, sucedendo nelles, ficasse o mayor senhor do Mundo: & tão poderoso, que não houuesse Mahometanos, Gentios, nem Hereges; nem outros algũs inimigos do nome de Christo, que não podessem per elle ser metidos debayxo da obediencia da Igreja Catholica: ou que polo menos, nestes calamitosos tempos podesse melhor sustentalla & defendella, contra tantas inuencões diabolicas & estratagemas infernaes, como contra ella cada dia se prouão. (Mariz 1599: 50r)

[...]

sò estas duas nações preseruo Deos para a sustentação de sua Igreja nestes calamitosos tempos (Mariz 1599: 50r-v)

A expressão “calamitosos têpos” sobressai nas passagens acima citadas, não só pela sua recorrência¹², mas também pela sua força. Situando-se num momento do texto em que se procede ao estabelecimento de uma oposição entre os reinos ibéricos (como defensores por excelência do catolicismo) e a França e Inglaterra, a expressão poderá ser interpretada sob uma luz político-religiosa. Com efeito, Mariz escreve os seus diálogos nos tempos agitados e instáveis da Reforma protestante e da Contra-Reforma católica. Além disso, Portugal, ao ser englobado na monarquia hispânica, viu-se envolvido em alguns confrontos mais gerais, dos quais se destacará o episódio traumático da derrota da Invencível Armada, em 1588. Esta leitura acentua-se ainda mais quando vemos a Itália ser integrada no grupo positivo, uma vez que, nesta batalha naval, o reino de Nápoles foi aliado da União Ibérica contra Inglaterra.

De acordo com esta visão maniqueísta do mundo da época, os países “positivos”, em particular os reinos Ibéricos, com destaque para Portugal, são apresentados como os grandes protagonistas da

¹² Reencontramos a expressão em outros pontos do texto, como no fl. 37r, quando se apresenta a certidão de Afonso Henriques sobre o milagre de Ourique. Apesar de a expressão do desencanto com o estado do mundo ser um traço já presente na primeira edição da obra, é notória a sua acentuação na segunda edição.

magna obra da conversão dos gentios pelo Mundo¹³. Conta-se inclusivamente o percurso de Cristóvão Colombo por várias cortes europeias em busca de apoio para a sua aventura naval, até à sua aceitação pelos Reis Católicos, de forma acentuadamente providencialista:

O descobrimento do Mundo Nouo, tambem Deos guardou sò para Castella: Porque Christouão Colon, que ensinado de Portuguezes, foy o que o descubrio, primeyro veo a este Reyno: que por andar então todo ocupado na conquista & descobrimento do Oriente, não aceytou seu offercimento: E elle depois se foy a Inglaterra, depois a França & Frandes; & tee o Reyno de Dinamarca pretendeo prouocar a este descubrimêto. E permittio Deos que de nenhũ fosse recebido: & o andou dilatando com esperâsas, tee que os Reys de Castella Dom Fernando & Dona Isabel, acabassem a cõquista dos mouros de Granada: para que então ficassẽ desembaraçados, & com mayor poder, podessem intentar tão noua empresa, como fezerão. E com seu fauor, & à sua custa, & em seu nome fez Christouão Colon tão famosa obra (Mariz 1599: 51v)

Neste quadro, Mariz defende claramente a União Ibérica, sempre em tom providencialista:

E porque entendo estareis certo, não ser cousa noua & desacostumada no Mundo, com a Vnião & concordia acabaremse grandes e difficultosas empresas: como tenho dito que a diuina prouidencia determina fazer, com a que permittio nestas duas nações Portugueza & Castelhana; & com o contrario d'ella, as cousas que mais firmeza tinham serem de todo acabadas, & extinguidas: não gastarey o tempo em vos prouar esta verdade. Porque como da Vnião & concordia de todas as cousas, que se achão nesta grande machina do Mundo, tão fermosa, tão estupenda, & marauilhosa, se sustentão mediante a bõdade suma de Deos; que as criou, em tão firme & perpetua ordem. Asi tãbem da diuisão & discordia, não somente dos elemêtos; mas tambem das cousas mixtas, nascerà o seu vltimo

¹³ “Tee que per estes mesmos Reys de Castella se deu principio à conquista & conuersão da gentilidade do Nouo Mundo: a tempo que jaa os Reys de Portugal hauia muytos annos trabalhauão nesta santa obra da conquista & conuersão dos mouros & gẽtios das partes Orientaes, & Ilhas do Mar Oceano: cõ tanta constância & zello da religião Christãa, que desprezados os grandes perigos & trabalhos que o Mundo sabe, leuarão a Fee catholica a quasi infinito numero de Ilhas, Cidades francas, & Reinos & prouincias muy populosas & fortes: fazendo humilhar ao sinal da santa Cruz, innumeruel multidão de Barbaros” (Mariz 1599: 49r).

fim d'ellas, quando a diuina sabedoria, que assi as ordenou, o permittir. (Mariz 1599: 52r)

Assim, apesar do quadro geral calamitoso que é desenhado, graças à ação da providência divina, a longa e argumentada digressão sobre os males da discórdia e as bondades da concórdia e da união pode terminar de modo nitidamente positivo, advogando um futuro risonho para a União Ibérica:

D'onde claramête fica concluido, *que* ajûtar Deos o poder de Hespanha em hũa sò cabeça, principalmête estas duas nações Portugueza & Castelhana, he para algũa notauel obra de seu seruiço. E porque ao presête não pode hauer outro mayor, *que* a extirpação das herezias, facil cousa serà persuadirmonos, *que* para este tão necessario fim serà encaminhado. Pois por estas duas nações quis Deos *que* fossem ministradas as obras de mayor honra sua & de seu nome na terra, como deste discurso, teréis cõprêdido. E não permittindo Deos esta vnião de toda Hespãha, senão ã pessoas, *que* elle sentio capazes de tamanha cousa: escolheo a sua Magestade Pay delRey N. Sõr, *que* sãta gloria haja; cuja prudêcia parece *que* excedeo os lemites das humanas forsas: & mostrou claramête em o processo de tâtas cousas, *que* elle sò antre todos os do Mũdo, era capaz de tão grãdes obras, como vimos & experimêtamos. E assi permittirà o Senhor, & delle se pode esperar *que* todos os *que* para esta Vnião de toda Hespanha forem eleytos, não sejão inferiores aos passados em grãdeza de animo & militar prudencia, & sabedoria politica: (Mariz 1599: 54v)

Afonso Henriques projetado nos seus sucessores

Outra trave mestra da argumentação desenvolvida por Pedro de Mariz no diálogo segundo parece ser o estabelecimento de nexos entre o percurso de Afonso Henriques, o rei fundador, e a sua descendência, num quadro temático onde sobressaem a proteção e o amor divinos. Com efeito, as passagens que se reportam à vida e feitos do primeiro rei de Portugal estão marcadas por remissões para a sua descendência, associando-a assim aos factos milagrosos que teriam pautado a vida de Afonso Henriques. O primeiro destes milagres é o de Cárquere (onde a Virgem terá curado o defeito nas pernas com que o príncipe nascera), sendo então dito:

Mas como Deos ordena as cousas ordinariamente muy differêtes do *que* os homens as imaginão & deseção: achârão *que* o fermoso

minino tinha as pernas tolhidas, pegadas por detrás hũa na outra: com o qual ficarão todos tão tristes, *que* o Conde seu pay o não queria dar a criar a Dom Egas Muniz, grande seu priuado, como dantes lho tinha prometido. Mas depois mouido de sua bondade & amor, lhe entregãõ o minino: & o bõ vassallo o fez criar com tanto resguardo, com se em saude fora perfeyto. Mas a Virgem nossa Sñora, como fonte que he de misericordias, apiedandose de quem ella sabia, *que* na vida lhe hauia de fazer muytos seruiços: & depois de sua morte, seus descendentes, os hauião de continuar de maneyra, que não contentes com fazerem reuerenciar seu santo nome em muytas partes de Hespanha (onde o contrario naquelle tempo se fazia) não descansarião, atè *que* aos mais remotos moradores das terras Orientaes constrangessem que o venerassem: passando nestas conquistas tantos trabalhos, que primeyro nos faltaria o tempo para os contar, que a causa de nos doermos d’elles. E assi inflammada no amor que aos seus Reys de Portugal já então tinha: & ouuindo as orações & piedosas lagrimas dos pays do ditoso minino: apareceo a Dom Egas Muniz em sonhos, & lhe disse que fosse a hum lugar junto à cidade Lamego, que se chamaua Carquere: & *que* mandando ahi cauar, acharia nelle hũa Igreja que em outro tempo fora começada em seu nome, com hũa sua imagem: & que consertando tudo, & fazendo nella vigilia, possesse o minino que criaua sobre o Altar, & que logo sararia. (Mariz 1599: 29v-30r)

O segundo milagre, mais importante, e também o mais conhecido dos *Diálogos de Vária História*, é o da batalha de Ourique. Este relato integra-se na digressão já referida e que consta exclusivamente nos exemplares da segunda edição da obra (o capítulo V, intitulado “D’algũas confirmações muyto necessarias, ao credito que se ha de dar à esta Visão que vio, & reuelação que teue elRey Dom Affonso Henriquez”). Especialmente aqui são várias as remissões que visam associar Afonso Henriques à sua descendência em ambiente de milagre e de favor divino. Uma primeira referência tem lugar nas palavras proferidas por um velho eremita, mensageiro do sagrado, antes da batalha de Ourique e que denotam um tom profético:

O qual me disse, Senhor, està de bom animo, venceràs, venceràs, & não seras vencido: es amado do Senhor: por *que* sobre ti, & sobre teus descendentes depois de ti, tem posto os olhos de sua misericordia atee a decima sexta geração; na qual se deminuirà a descendencia: mas na mesma assi diminuida, o mesmo Senhor tornarà a pòr os olhos, & verà. (Mariz 1599: 40v).

Significativamente, o 16º rei de Portugal foi D. Sebastião... A questão da proteção divina à descendência de Afonso Henriques, ampliada à sua sucessão, é retomada nas palavras que o próprio Cristo dirige ao rei:

Porque eu sou o que faço & desfaço Reynos & Imperios. He minha vontade edifficar sobre ti, & sobre tua geração depois de ti, hum Imperio para mim; para que o meu nome seja leuado a gentes estranhas. E porque os teus Sucessores conheção quẽ te deu o Reyno, fabricaràs o teu Escudo de armas, com a diuisa do preço, com *que* eu comprey o genero humano, & com o que eu fuy comprado dos ludeus: & ser me ha hum Reyno sanctificado, puro na Fee, & pola piedade amado. (Mariz 1599: 41r)

Bem como na resposta do Soberano:

Senhor? porque merecimentos me anunciais tanta piedade? farey o *que* mandais: & vós ponde os olhos de misericordia em os meus descendentes, como me prometeis; & a gente de Portugal, guarday, & saluay: & se contra elles algum mal teuerdes determinado, antes o conuertey todo em mim; & a meus sucessores & o meu pouo, que amo tanto como vnico filho, absoluey. Cõsentindo o Senhor disse, Não se apartarà d'elles, nem de ti algũa hora minha misericordia: porque per elles tenho aparelhado para mim grande sementeyra: por que os escolhi por meus semeadores para terras muy apartadas & remotas. (Mariz 1599: 41v)

E ainda numa reiteração posterior:

Reyno santificado, puro na Fee, & pola piedade amado: & que nunqua d'elle nem de seus descêdentes se apartaria sua misericordia [...] pois lhe disse, que escolhera os descendentes deste santo Rey & seu pouo, para leuarem seu nome a terras muy apartadas: (Mariz 1599: 48v)

Trata-se pois de um *leitmotiv* que aponta indiscutivelmente para os últimos reis do Portugal de então, o que, à primeira vista, pode fazer pensar que se verifica uma vacilação relativamente à determinação da defesa da União Ibérica acima referida. Porém, tendo em consideração que a legitimidade do rei Filipe I ao trono português tinha sido, em geral, aceite, é de crer que, como já dissemos, à época, estes dois vetores não fossem considerados contraditórios. Recorde-se, aliás, que havia todo o interesse em

sublinhar a associação do soberano espanhol a esta linha dinástica¹⁴, inclusivamente porque o processo de canonização de D. Afonso Henriques, estimulado por Santa Cruz e por Alcobaça, e que tinha começado no início do século, durante o reinado de D. João III¹⁵, ainda não tinha surtido resultados, havendo por isso necessidade de sensibilizar o soberano da monarquia dual para o assunto, não só para que valorizasse o novo reino, mas também para que não se esquecesse do processo.

O relato da batalha de Ourique, por Pedro de Mariz, integra múltiplos *topoi* habituais em descrições de batalhas¹⁶, sendo ainda dado especial destaque à elevação de Afonso Henriques a rei¹⁷; à composição do escudo com novas insígnias e, sobretudo, ao milagre da aparição de Cristo ao rei, manifestando-lhe o apoio divino na vitória sobre os muçulmanos. Sobre a formação e consolidação da lenda do milagre de Ourique, já muita pesquisa foi realizada e diversos estudos foram publicados¹⁸. A intervenção de Pedro de

¹⁴ Filipe II de Espanha e I de Portugal era filho de Isabel, primogénita do rei D. Manuel de Portugal. Apesar de existirem vários outros pretendentes ao trono português, Filipe de Espanha obteve esta coroa, não só com base em argumentos dinásticos, mas também, em boa parte, graças ao seu poder militar. Uma vez no poder, permitiu que Portugal gozasse de bastante autonomia, sem deixar de favorecer a fação que o apoiou.

¹⁵ Sobre as tentativas de canonização de D. Afonso Henriques e o papel que neste processo desempenharam os mosteiros de Alcobaça e, sobretudo, de Santa Cruz de Coimbra, ver Brochado (1958). Ver também Buescu (1987: 125-126 e 131-133).

¹⁶ Referimo-nos a *topoi* como os seguintes: o líder que anima os seus homens para o combate fazendo-os esquecer receios, a enorme desproporção dos exércitos (para cada cristão, 100 mouros), a presença de guerreiros inusitados (no caso “húas mulheres, que pelejauão como as antigas Amazonas” (Mariz 1599: 35r), um motivo que já ocorre no *Cantar de Mio Cid*), os rios que mudam de cor de tão ensanguentados e, sobretudo, a manifestação do favor divino pelo milagre. Estes *topoi* já ocorrem em boa parte da crónica anterior, caso da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, do início do séc. XVI (que terá sido fonte de Mariz) e da *Crónica de 1419*.

¹⁷ Afonso Henriques é elevado a rei, primeiro, pelos seus homens (Mariz 1599: 34v), ao que se segue a sua confirmação por Cristo: “Não te aparecí d’esta maneyra para te acrescentar a Fee, mas para fortalecer o teu coração neste conflicto; E para estabelecer & confirmar sobre firme pedra os principios do teu Reyno” (Mariz 1599: 41r), assunto retomado adiante: “pois o mesmo Iesu Christo apareceo a este são Rey, & ali lhe deu o titulo real, & chamou a Portugal, seu Imperio, Reyno santificado, puro na Fee, & pola piedade amado” (Mariz 1599: 48v).

¹⁸ Veja-se, nomeadamente, Cintra (1957), Nascimento (1978), Maurício (1990), Buescu (1991), Araújo / Malheiro (1997) e Amado (2003). O juramento de Afonso Henriques é abordado de modo mais específico por Maurício (1990) no quadro do

Mariz neste processo consistiu na revelação de uma cópia de uma certidão antiga, outrora perdida, um documento cuja veracidade foi questionada, desde logo, como se percebe pela argumentação existente no próprio texto. De acordo com o relato de Mariz, esta cópia fora encontrada “por acaso” em Alcobaça e enviada para a corte de Madrid:

Por que he Deos tão solícito em acodir pola honra dos seus mimosos, que neste tempo em *que* hauia de hauer quem duuidasse de hũa tão grande merce, como tinha feyto ao nosso primeyro Rey, permitio *que* a caso, & não de proposito, se achasse, & se descobrisse ao mundo, hũa Certidão jurada, & corroborada com testemunhas & cellos: para confusão dos incredulos, & consolação dos que com tal negação se affligião. [...]. Hauéis de saber, *que* querêdo o Doutor frey Lourenso do Espirito Sancto, Abbade Geral de Alcobaça, da Ordẽ de Cister & reformação de S. Bernardo, chegar à Corte de Madrid, a negocios de sua ordẽ, lhe pareceo, [...], não iria com as mãos vazias, ante a Magestade d’elRey Dom Filippe Nosso Senhor, primeyro do Nome em Portugal, se lhe leuasse hum antigo pergaminho, que poucos dias hauia hum religioso d’aquella casa tinha achado em hũs Archiuos antigos, em que conseruadas estauão grande soma de escrituras & doações dos Reys passados. E para mayor certeza, o mandou tresladar a hum Notario apostolico da cidade Lisboa, & que em sua Nota ficasse ad perpetuum memoriam. O qual como era curioso, o fez com a solennidade deuida a tão grande cousa. E parecendolhe que tee então se teuera feyto hũ grande roubo à consolação publica & particular d’este Reyno, logo o publicou como tal cousa merecia. E sabida a verdade, era hũa certidão jurada, & firmada, com muitas testemunhas & cellos pendentes: em que elRey Dom Affonso Henriquez dà verdadeyra noticia ao Mundo do que lhe aconteeo com Christo Nosso Senhor, a noyte antes do dia em que elle alcansou a vittoria do Campo d’Ourique: tudo por extenso referido, & per hum estilo & palauras tão proprias & excellentes, que nem se pode duuidar d’ellas, nem deyxar de ter muyta consolação todo Portugal: (Mariz 1599: 36v-37r)

A Certidão é então transcrita e, a seguir, traduzida do latim para português. Também este documento integra vários *topoi* usuais

seu estudo sobre a importância da legitimação pelo divino, as suas leituras messiânicas e a ductilidade do seu uso nos sécs. XVI e XVII, tanto pelos adeptos da União Ibérica, como no quadro da Restauração.

em relatos de milagres e proféticos¹⁹. O facto de ser escrito em primeira pessoa e posto na boca do próprio rei D. Afonso Henriques aproxima-o do relato da conquista de Santarém, que sobrevive atualmente num manuscrito alcobacense de finais do séc. XII ou inícios do séc. XIII²⁰, cujo original, segundo Nascimento (2012), teria sido redigido em Coimbra (provavelmente na Catedral). Curiosamente é precisamente este o percurso que Mariz apresenta para o documento encontrado em Alcobaça:

esta Certidão he um treslado da propria em que elRey Dom Affonso Henriquez assinou com os demais nella nomeados de seus proprios sinaes; & se fez nesta Cidade Coimbra, & ficou em o Mosteyro de Sancta Cruz, que era ordinario aposento d'este santo Rey. E se neste insigne Mosteyro, se não acha a propria, entêdey que se perdeo com outro grãde numero de escrituras, que se perderão com hum grande dilluuiio d'aguas, que decendo subitamente pelo valle da quinta do Mosteyro, o allagou todo, & do cartorio leuou todos os papeys que nelle hauia. (Mariz 1599: 42v)

Com base nisto, podemos pensar que o facto de Pedro de Mariz ter sido o primeiro autor a veicular o texto da Certidão de D. Afonso Henriques, tal não implica, necessariamente, que ele tenha sido o falsário responsável pela elaboração do documento²¹. Com

¹⁹ Referimo-nos a *topoi* como a apresentação de uma situação onde a realização de uma leitura estimula um sonho visionário (neste caso de uma passagem do Antigo Testamento que relata a vitória milagrosa de Gedeão); a visão de alguém em sonhos que logo volta a aparecer num momento de vigília (neste caso o velho eremita que vem anunciar a visão de Cristo e a vitória); a visão ser antecedida por um raio de sol esplendoroso; a verbalização de profecias (neste caso, o amor de Deus, extensível aos sucessores de Afonso Henriques); o ser “fadado” para vencer todas as batalhas contra os infiéis...

²⁰ O texto conhecido como *De expugnatione Scallabis* ou *Quomodo sit capta Sanctaren ciuitas a rege Alfonso comitis Henrici filio* sobrevive num manuscrito medieval procedente do mosteiro de Alcobaça e atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal (Alc. 415). Trata-se de um texto heróico (mas com muitos ecos litúrgicos) cujo sujeito de enunciação é o próprio rei D. Afonso Henriques que, em primeira pessoa e como testemunha ocular privilegiada, relata a conquista de Santarém. Vários dos acontecimentos reportados são confirmáveis graças a outros documentos. David (1955) considera que o documento será contemporâneo dos acontecimentos. O editor mais recente deste texto (Nascimento 2012) também sublinha o facto deste testemunho ter provavelmente sido escrito pouco depois dos acontecimentos e antes da conquista de Lisboa.

²¹ O facto de Pedro de Mariz ter sido o primeiro autor conhecido a veicular o documento faz dele um bom suspeito de ter sido o falsário. Porém, do que

efeito, o documento poderia ter sido elaborado num dos mosteiros envolvidos, eventualmente inspirado pelo relato do *De expugnatione Scallabis*, podendo integrar-se em duas linhas de ação protagonizadas sobretudo pelo mosteiro coninbricense, mas coadjuvado por Alcobaça. Uma primeira linha de ação teria na base a atração de fama e de benesses para o convento de Santa Cruz, onde repousavam os restos mortais do rei fundador e que velava pela manutenção da sua memória, o que passou, em boa parte, pelo desenvolvimento de um conjunto de lendas piedosas e milagrosas²². A segunda linha de ação, convergente com a primeira, seria a da promoção da canonização de Afonso Henriques, fruto dos esforços

conhecemos, as provas limitam-se a esta publicação. Buescu (1987: 145-146) refere-se ainda a suspeitas que recaíram sobre Frei Bernardo de Brito, que é indicado como sendo o descobridor do documento, apesar de não ter sido o primeiro a publicá-lo. A propósito da questão da falsificação, recorde-se também Alexandre Herculano que, no início do livro II do vol. I da sua *História de Portugal*, ao abordar os inícios do reino, diz que a documentação existente, apesar de pouca, é “preferível às fábulas inventadas com o correr dos seculos e ás tradições maravilhosas recebidas com sobrada boa fé, não só pelos chronistas, mas até pelos mais graves historiadores.” (Herculano 1901: 297), acrescentando ainda, especificamente a propósito da batalha de Ourique: “a tradição engrandecesse pouco a pouco o sucesso, a ponto de o tornar maravilhoso até o absurdo.” (Herculano 1901: 325). Finalmente, na nota XVI do 1º volume, dedicada integralmente à Batalha de Ourique (Herculano, 1901: 512-518), Herculano apresenta as fontes que considera mais fiáveis e insurge-se contra o que desconsidera: “Discutir todas as fabulas que se prendem á jornada de Ourique fôra processo infinito. A da apparição de Christo ao principe antes da batalha estriba-se em um documento tão mal forjado, que o menos instruido alumno de diplomatica o rejeitará como falso ao primeiro aspecto (o que facilmente poderá qualquer verificar no Archivo Nacional, onde hoje se acha). Parece, na verdade, impossivel que tão grosseira falsidade servisse de assumpto a discussões graves.” (Herculano, 1901: 517). Porém, Herculano não atribui concretamente a falsificação a Pedro de Mariz, a quem refere brevemente na “Introdução”, aquando da enumeração das obras e autores que primeiro tentaram escrever a história de Portugal (Herculano 1901: 6). Para aprofundar a questão da polémica de 1846-1857 sobre o cariz milagroso da batalha de Ourique e sua pertinência (ou não) na história de Portugal, como elemento de legitimação, ver Buescu (1987).

²² Sobre as lendas construídas em torno da figura de Afonso Henriques e dos seus restos mortais, sua utilidade para o convento de Santa Cruz e projeção / aproveitamento por monarcas subseqüentes, ver Brochado (1958), Cintra (1989), Rosa (1997), Fino (1999). No que se refere às lendas que se desenvolveram neste contexto e que foram usadas na argumentação constitutiva do processo de canonização do primeiro monarca português, salienta-se o facto do rei ter sido objeto de milagres; a sua devoção particular; os relatos de aparições *post mortem* (nomeadamente para defender o mosteiro de Santa Cruz contra agressores...), a aura de santidade que exalou aquando da exumação do seu corpo; os poderes taumatúrgicos das suas vestes; o escudo que caía sempre que um rei seu descendente morria...

envidados pelos dois mosteiros, de Santa Cruz e de Alcobaça. O papel de Mariz, que não esconde as suas ligações, quer a Alcobaça, quer a Coimbra²³, poderá ter-se limitado à função de primeiro divulgador de uma notícia, cujas raízes remontariam a tempos anteriores²⁴, e que seria a seguir retomada por outras obras²⁵.

A argumentação que Mariz desenvolve na sequência da apresentação da Certidão mostra-nos ainda que as dúvidas

²³ Os *Diálogos de Vária História* são dedicados ao bispo D. Jorge de Ataíde, comendatário do mosteiro de Alcobaça. Por outro lado, é notória a valorização que Mariz faz da sua cidade de Coimbra, pois não hesita em recordar os seus leitores que, no tempo de D. Afonso Henriques, “Coimbra era cabeça d’este Reyno no temporal, & Braga no espiritual.” (Mariz 1599: 45r), expressão que retoma uma passagem mais dilatada, inserida na história do conde D. Henrique: “senhorio de Portugal: Cujá cabeça no espiritual, era Braga, como Metropolitana, & primàs de Hespanha: & no temporal era Coimbra, que por muyto tempo, foy vnico assento, & morada dos seus antigos Reys: como tambem a Real cidade Toledo, he o verdadeyro assento dos Reys de Hespanha: Pariz de Frãça: Londres dos Reys de Inglaterra: & de Escocia Endimburgo: Praga de Boemia: de Dinamarca he Cobena: & de Suecia Stocholmo: Vienna do Emperador da casa D’austria: Constantinopla do grão Turco: Tauris do grão Sophi da Persia: & Marrochos do tirão Xariphe da Mauritania: Pachim do grão Rey da China: & a cidade Odiá do Rey de Sião: & Meacho do grande Principe do Iappão: & do grão Cão do Cathayo, he a cidade Cambalo: & do Rey de Tartaria, he Sarmarchanda: Mexico, da noua Hespanha: & Cusco do Perù.” (Mariz 1599: 30v).

²⁴ Relembramos as palavras com que Nascimento conclui o artigo de 1978 no qual apresenta a passagem do *Livro dos Aautos* que faz remontar as notícias sobre o milagre de Ourique, pelo menos, a 1416: “Podemos finalmente inferir daqui que a apocrifia alcobacense durante a dominação filipina não assentou em pura fantasia, mas que sobre ela pesou uma tradição pelo menos já aqui documentada. Se ao escudo de D. João I ela vai buscar a serpente heráldica, haverá a reconhecer que a fonte de inspiração brota talvez do período de independência, nas lutas contra Castela.” (Nascimento 1978: 374). Caberá aqui acrescentar que a citação, além de aos textos alcobacenses, poderá igualmente ser aplicada aos *Diálogos* de Pedro de Mariz.

²⁵ Com efeito, e como nos diz Cintra, “Este falso documento foi reeditado pouco tempo depois, em 1602, na *Crónica da Ordem de Cister*, pelo cronista oficial da ordem e do reino, Frei Bernardo de Brito, [...] reproduzida pouco mais tarde, em 1632, quase sem mudanças, pelo sucessor de Brito, como cronista régio, António Brandão, na *Monarquia Lusitana*, ou seja no que era então reconhecido como a crónica oficial do reino português. Esta falsificação - que não resiste à mais superficial análise - foi assim extraordinariamente tornada como base de todas as descrições desta parte do reino de Afonso I, até ao momento onde, em pleno séc. XIX, Herculano ousou atacá-lo” (Cintra 1989: 74). Especificamente na *Monarquia Lusitana*, o episódio de Ourique tem um destaque notável, iniciando o livro X da III parte da obra, prolongando-se desde o cap I até ao cap. VII, ocupando os fls. 117r-132v. A transcrição da Certidão e respetiva tradução encontra-se no cap. V (Brandão 1632: 126v-129v).

relativamente ao documento terão surgido muito antes do séc. XIX e de Alexandre Herculano²⁶. Com efeito, é notória a vontade de sanar toda e qualquer questão que o texto possa suscitar. Um primeiro argumento consiste numa remissão, de tom aparentemente casual, para a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão:

Porque indo eu a caso ver a Chronica d'este nosso primeyro Rey, no Capitulo XV. que conta esta gloriosa Visão; achey que tudo o que a Chronica ali escreue, he tirado d'esta Certidão: & allega cõ ella dizendo estas palauras: & o *Principe sahiose fora de sua Tenda: & segundo elle mesmo deu testemunho em sua Historia, vio nosso Senhor em a Cruz, na mesma maneyra que disse o Hermitão: & adorou o, & cet.* O qual testemunho não he outra cousa se não este luramento. E como esta Chronica ha mais de oytenta annos que foy recopilada de outra antiquissima, per Duarte Galvão Chronista Mòr d'estes Reynos, & per mandado del Rey Dom Emanuel; fica sem duuida a authoridade d'esta Certidão, & luramento. E confessouos que tenho lido aquelle Capitulo muytas vezes, & de nenhũa notey, nem fiz caso d'aquellas palauras, senão agora o que tenho por notauel mysterio: pois em confirmação do que eu tinha jaa escrito hauia algũs annos & tão calumniado foy d'algũs, que não podião sofrer, affirmar eu com razões, o que elles hora hão de cõfessar per forsa, cõ tamanha authoridade: & ainda que as razões erão vehementes, a authoridade he vehementissima, & de muyta consolação. Principalmente para mim, que cõ estas calumnias estieue em condição de tornar atrás. (Mariz 1599: 42r-v)²⁷

É ainda interessante verificar que uma passagem idêntica também ocorre na *Crónica de 1419*²⁸, anterior à obra de Duarte

²⁶ As dúvidas em questão terão ressurgido periodicamente. Veja-se, a título de exemplo, Buescu (1987: 128 e 156) que refere o facto de, no séc. XVIII, Luís António Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*, também ter questionado a veracidade da tradição relativa ao milagre de Ourique.

²⁷ A propósito de Duarte Galvão e da sua crónica, note-se ainda o seguinte: “Com efeito, na segunda etapa, que corresponde às iniciativas manuelinas, encontramos Duarte Galvão, irmão daquele Prior [João Galvão, frade crúzio, foi prior de Santa Cruz e também bispo de Coimbra], a escrever a *Crónica de El-Rei Afonso Henriques* (1502-1505). Um escrito cronístico sobre a vida da personagem a canonizar era um dos requisitos dos processos de canonização” (Rosa 1997: 120).

²⁸ A passagem encontra-se na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, nos termos em que Mariz a refere (Galvão 1995: 58). O excerto que se encontra na *Crónica de 1419* refere o seguinte: “E, quando veyo ante menhã hũa meya ora, tanjê-se a campam e el-rey sayo-se fora da sua tenda e, asy como ele dise e

Galvão, o que nos leva a interrogar-nos se esta poderia ser a tal crónica “antiquíssima” (?) referida como fonte do trabalho de Galvão. Igualmente curioso é encontrar no *De antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, uma passagem que parece fazer a ponte entre os relatos cronísticos e o relato que consta da Certidão transcrita por Mariz²⁹...

E assim, ao romper da alva e antes do dia, ao sair da sua tenda real quando tinha a sineta, pôde olhar para o Senhor crucificado, suspenso no ar. Arrastado, quase fora de si, pelo prazer desta visão, adorando-o dizia assim: “Será verdade, ó Salvador do mundo, que me apareces a mim neste momento? Mas por que razão apareces àquele que em ti crê e que te honra com a maior devoção? Antes te dignasses aparecer a estes infieis, ignorantes da tua divindade, inimigos teus e portanto meus, para que compreendam o mistério da tua cruz e deixem de ser insensatos”.

Quando com estas e outras palavras semelhantes prosseguia, como que em êxtase, foi muito agradavelmente surpreendido pela voz de Cristo que lhe falava e prometia vitória. (Resende 2009: 198)

deu testemunho em sua estoria, vyo Noso Senhor Jhesu Christo em a cruz pela guysa que lh-o irmitom disera e adorou-o com grande ledise e com lagrimas de prazer de seu coraçom.” (1998: 21). Mariz, um pouco mais adiante no seu texto, justifica o facto de estas referências serem parcas com o argumento de que o Cronista não escreveu tudo o que ia no documento porque só terá tirado o que achou conveniente ao seu texto que era de história e não profecia (Mariz 1599: fl 43v).

²⁹ Veja-se o texto que nos *Diálogos* relata o episódio concreto da visão, nitidamente amplificado e detalhado, mas muito semelhante no essencial: “E estando em Oração esperando pelo som da campainha, jaa na segunda vigilia da noyte, a ouui. Então armado com a espada, & escudo sahi do arrayal: & vi subitamente para a parte deryta contra o Oriente, hum Rayo resplandescete, & o resplandor crescia pouco & pouco em mais: & quando naquella parte pus os olhos com efficacia, logo no mesmo rayo mais claro que o Sol, vejo o sinal da Cruz, & lesu Christo nella crucificado, & de hũa & outra parte multidão de mancebos aluissimos, que eu creio, erão os sanctos Anjos. A qual vizão tanto que eu vi, posta a parte a espada, & escudo, & deyxados os vestidos, & calçado, humilhado me lansey em terra: & ahi derramando muyta copia de lagrimas, comecey a rogar, pelo esforso dos meus vassallos; E nada turbado disse: Vos a mim Senhor? porque, a quem jaa crê em vòs, quereis acrescentar a Fê? melhor serà que vos vejão os Infieys & creão, & não eu que com a agua do Baptismo vos conheci & conheco pelo verdadeyro filho da Virgem, & do Padre Eterno. A Cruz era de admirauel grandeza, & leuantada de terra quasi dez couados. O Senhor com hum suaue orgão de voz, que meus indignos ouuidos receberão, me disse. Não te apareci d’esta maneyra para te acrescentar a Fee, mas para fortalecer o teu coração neste conflicto; E para estabelecer & confirmar sobre firme pedra os principios do teu Reyno. Confia Affonso, porque não somête venceràs esta batalha, mas todas as outras, em que pelejares contra os inimigos da Cruz.” (Mariz 1599: 40v-41r).

As *Antiguidades da Lusitânia* só foram publicadas em 1593 em edição póstuma (Resende viveu de c. 1500 a 1573), manipulada por Diogo Mendes de Vasconcelos (a quem foi encomendada a edição da obra em 1580). Assim, não é possível garantir se o autor da passagem foi Resende, Vasconcelos, ou ambos. Em todo o caso, e em qualquer das hipóteses, trata-se sempre de uma obra anterior aos *Diálogos* de Mariz.

As passagens que acabamos de referir e de transcrever apresentam, de facto, notórias semelhanças. Poderão sugerir-nos que a Certidão teria sido forjada em época relativamente próxima destes testemunhos. Porém, também nada nos garante que o falso não se possa ter inspirado precisamente nestas passagens, elaborando o seu discurso a partir delas, sendo-lhes, neste caso, posterior...

Voltando à argumentação de Pedro de Mariz em defesa da veracidade da Certidão, esta prossegue com a apresentação das quatro grandes objeções que lhe terão sido colocadas, seguidas das respetivas respostas:

1) que a letra da Certidão é a mesma do início ao fim, incluindo as assinaturas das testemunhas e do rei, sendo impossível que todos tivessem a mesma letra - ao que Mariz responde que o texto de Alcobaça é uma cópia “um treslado”. O original estava em Santa Cruz de Coimbra, tendo-se perdido aquando de uma inundação do cartório deste mosteiro (Mariz 1599: 42v),

2) a qualidade e o estilo do latim da Certidão são demasiado perfeitos, afastando-se da língua das doações e privilégios mais antigos cujo carácter bárbaro e mal composto dificulta a sua compreensão - ao que Mariz contrapõe com o latim de uma carta redigida por Mestre Alberto, estrangeiro e chanceler mor de Afonso Henriques, redigida “de tão bom estilo & latim tão puro, como he o d’esta Certidão” (Mariz 1599: 43r),

3) sendo a certidão uma coisa tão notável, seria impossível estar tanto tempo encoberta - ao que se contrapõe que nos últimos 400 anos nunca houve quem negasse a visão com tanta veemência, por isso só agora Deus permitiu que a Certidão se encontrasse e fosse publicada. Como prova da ausência de contestação, refere-se a naturalidade com que se alude a este documento na Crónica de Duarte Galvão e o facto de o significado das armas então compostas ser do conhecimento geral, mormente dos reis e príncipes de

Portugal, factos que confirmam que o sucedido se mantinha na memória coletiva (Mariz 1599: 43v-44r),

4) finalmente, no que se refere às dúvidas estimuladas pela data do documento (1152), Mariz esclarece que se trata do calendário de Cristo e não de César. Acrescenta ainda que as testemunhas que assinaram o documento viviam no momento e que isso é verificável noutros documentos (Mariz 1599: 44r-v).

E conclui:

E por aqui fica cõcluido *que se não pode cõ razão pòr nota nem labeo nesta Certidão: antes he merecedora de a escreueremos com letras d'ouro, & de a conseruaremos em laminas de bronze, para perpetua memoria: pois por ella fica o mundo desenganado da superioridade que a nação Portuguez tem sobre todas as outras, principalmente em o processo & descendencia dos seus Reys Christianissimos: E quão prompta esteue a misericordia do Altissimo em comprir o que nesta Visão lhe prometeo, em as vittorias & cõquistas d'este Reyno, como da relação de sua Historia claramente se manifestarà, a quem com algũa consideração as passar pelo entendimento. E se em algũas occasiões vimos o contrario, do que digo, a nossos peccados & sem justiças ponhamos a culpa, & a tãtos milhares de ludeus blasfemadores do nome de lesu Christo, como a experiencia do sancto Officio tem mostrado, que antre nòs andão: & a outros muytos, peccados que não faltão.* (Mariz 1599: 45r-v)

Ou seja, quem não acreditar é comparável a um Judeu blasfemador e merecedor de ser entregue ao santo Ofício...

A vociferação contra os incrédulos e os que duvidam é outro tema recorrente no texto de Mariz, presente logo na dedicatória e na missiva aos leitores (comuns às duas edições da obra)³⁰, acentuando-se neste diálogo segundo³¹.

³⁰ Na dedicatória, Mariz afirma a sua vontade de dedicar a obra a alguém para se proteger contra as “murmurações dos inuejosos” apesar de saber que tal não liberta necessariamente as obras de serem caluniadas... No texto dirigido “Ao leytor”, Mariz refere-se aos “golpes da inueja”, aos “maldizêtes”, a línguas venenosas e peçonhentas e ainda ao seu desejo de “fugir de calúnia”...

³¹ Por exemplo, quando se argumenta sobre as objeções que foram levantadas contra a Certidão de Afonso Henriques, é dito “não faltarão algũs homens menos zellosos da honra de sua patria, do que conuinha, que authorizauão sua duuida” (Mariz 1599: 43r). Além disso, há outras “farpas” espalhadas no texto contra incrédulos ou pessoas que duvidam (ex: 36r e 36v).

Por conseguinte as críticas contra a obra de Mariz não seriam extremamente recentes uma vez que já se adivinhavam na primeira edição da obra. Porém, nesta edição, o milagre de Ourique tem uma presença muito fugaz e discreta, tal como a breve alusão aos incrédulos que aí se encontra:

Mas o inuenciuel animo do nouo Rey, & o valor catholico de seus Soldados, fezerão tão aquelle dia com o fauor diuino, que lançando do campo os inimigos, alcançarão d'elles hũa das grandes vitorias que no mundo se virão: [...] & que sendo assi, não se pòdem escusar de incredulos, os que duuidão d'esta gloriosa apparição ao nosso primeyro Rey: pois nũa vimos cousas que excedem as forças humanas, sem o fauor diuino serem bê acabadas. (Mariz 1594: 47r)

Em todo o caso, o facto de esta alusão já se encontrar na primeira edição também vai ao encontro da hipótese que colocámos acima de Pedro de Mariz, mais do que o responsável pela Certidão, ter sido um elemento numa cadeia orquestrada na qual teve o privilégio de ter sido o primeiro a divulgar o documento em questão.

O facto de na segunda edição o episódio adquirir uma posição central e o discurso desenvolvido a seu respeito ser longo e opinativo, por vezes mesmo ostensivo e conflitivo, leva-nos a crer que terá havido um crescendo de contestação a Mariz e à sua obra nos anos que medeiam entre a primeira e a segunda edições dos *Diálogos*. Por isso, as respostas que são dadas na obra estão marcadas por uma acentuada dimensão pessoal que também remete para a defesa da imagem e da idoneidade do próprio Pedro de Mariz enquanto historiador.

A defesa da imagem pessoal

Especialmente na segunda edição dos *Diálogos de Vária História*, Pedro de Mariz insurge-se frequentemente contra incrédulos e maldizentes, aludindo ainda a feridas recentes / mágoas frescas provocadas por aqueles que não acreditam no milagre de Ourique:

Porque respondeo o Italiano, ha no mundo atreuimento que intente achar labeo & nota em cousa tão perfeyta, & quasi diuina? Houue, & ha, respondeo o Portuguez: & dos que algũas honras tem alcansado em Hespanha. Mas eu para mim tenho, que em pessoas, que a prudencia & gouerno real, achãrão

merecedores de honra, não pôde hauer tamanha falta, como d'esta incredulidade se pôde cõjeyturar: senão cuydo que com algũas apparencias do contrario, se enganarião de modo que chegassem a publicar seu conceyto: porventura cuydando tirauão nossa nação de hum grande erro: & se assi não foy, bem se lhe pôde esperar o castigo do Ceo, quando na terra se descuydarem.

Muyto sentido vos mostrais cõ essa lembransa, disse o Italiano, & muyto vos magoa essa chaga. He fresca, respondeo o Portuguez, & por isso se faz sentir com tanta vehemencia. E mais sendo contra a verdade de hũ Rey christianissimo que vio a humanidade do Omnipotente: & contra a honra de Deos, que se lhe quis mostrar, face a face: & contra o juramento de tantos que de vista testeficação esta verdade: & cõtra a consolação de todo hum Reyno tão catholico & pio; & que neste fundamento tão misterioso, edifficãrão sempre todas suas esperansas de felices successos em suas emprezas: (Mariz 1599: 36r.)

Ao criticar estes portugueses que tiveram benesses não merecidas em Espanha e que não acreditam no milagre subjacente à formação do seu reino, Mariz está, até certo ponto, a considerá-los como traidores... A longa digressão inserida no diálogo segundo, sobre o milagre e sobre as vantagens da união, seria assim uma resposta a estes “incrédulos”, demonstrando-lhes que a exaltação dos reis portugueses não é incompatível com o louvor da União Ibérica.

Mas o milagre de Ourique poderá não ter sido o único ponto a ser sujeito a discussão e a críticas, pois há mais diferenças entre as duas redações que poderão ter sido motivadas por comentários externos. No que ao diálogo segundo respeita, é possível identificar a alteração do que é dito sobre a (i)legitimidade da mãe de Afonso Henriques, D. Teresa. Com efeito, a bastardia da rainha é assumida na primeira edição da obra, onde é dito que, tal como a irmã, Elvira, Teresa seria “filha natural” do rei Afonso VI³²:

ao Conde Dom Reymão deu elRey D. Affonso em casamento, Dona Vrraca filha sua legitima, com o Cõdado de Astorga & Galliza: & ao de Tolosa deu Dona Eluira filha sua natural & de Dona Ximena Nunez de Gusmão, de muy nobre geração Castelhana: com tanto dote em ouro & prata que comprou com elle o Senhorio de Tolosa, segundo diz Garibay: Nem por isso

³² Sobre a relação entre Afonso VI e Jimena Muñiz e o modo como o concubinato era entendido na época, ver Rodríguez González 2007.

deyxou de dar ao nosso Dom Henrique de Lotharingia outra filha sua: chamada Dona Tharasia, ou Thareja (como vulgarmente lhe chamão,) & filha da mesma máy que Dona Eluira: mas com mais auantajado dote, que nenhum dos outros. (Mariz 1594: 39v-40r)

O texto é alterado na segunda edição, onde a legitimidade das duas irmãs é afirmada, recorrendo-se ainda à confirmação de uma autoridade, André de Resende:

Porque ainda que ao Conde Dom Reymão, deu Elrey Dom Affonso em casamento, Dona Vrraca filha sua legitima mais velha, cõ o Cõdado de Astorga & Galliza: & ao de Tolossa, & Santgil, deu Dona Eluira filha sua, tambem legitima (como diz Mestre Andre de Resende, lib. 4. de antiquitatibus Lusitaniae) & de Dona Ximena Nunez de Gusmão: cõ tanto dote em ouro & prata, que comprou com elle o senhorio de Tolossa (segundo diz Garibay): nem por isso deyxou de dar ao nosso Dom Henrique de Lotharingia outra filha sua, chamada Dona Tharasia, ou Thareja (como vulgarmente lhe chamão) & filha da mesma mãy que Dona Eluira: mas com mais auantajado dote, que nenhum dos outros. (Mariz 1599: fls. 28v-29r)

O assunto é ainda reiterado e reforçado adiante:

Então teue o nosso Portugal principio em nome de Condado; casando Dom Henrique de Lotharingia com Dona Thareja filha legitima d'este Rey Dom Affonso: & o senhorio de Castella ficou com Dom Raymundo casado com Dona Vrraca, outra filha do mesmo Rey. (Mariz 1599: 48v)

De facto, André de Resende aborda esta questão no Livro IV³³, num trecho onde se refere também à batalha e ao milagre de Ourique. Para além de Resende, os monges de Alcobaça, na *Monarchia Lusitana*, debruçaram-se igualmente sobre o assunto, mas num longo excurso de tom lógico-argumentativo que ocupa 3

³³ “Afonso o Grande, rei da Hispânia que tomou Toledo e que recebeu o nome de Imperador, teve de diferentes esposas três filhas, Elvira, Teresa e Urraca. É verdade que Rodrigo de Toledo, pouco imparcial para com os Portugueses, e os que a ele aderiram, diz que Elvira e Teresa eram filhas da amante Ximena Múnio, mas tenho em minha casa um cronicão na velha língua espanhola feito setenta anos antes de Rodrigo, no qual a mesma Ximena é apresentada claramente, não como amante, mas como mulher legítima e rainha.” (Resende 2009: 196-197).

capítulos, no final dos quais se apresenta a mesma conclusão: a legitimidade da rainha³⁴.

Este exemplo parece-nos suficientemente flagrante para o podermos considerar como uma retificação que terá tido por base eventuais críticas que Pedro de Mariz terá acatado, tendo certamente em conta a autoridade de Resende e talvez também eventuais posicionamentos correntes em Santa Cruz, que se assumia como instituição guardiã da memória do início do reino, e com os quais Alcobaça estaria em sintonia, como mais tarde o demonstrou na obra historiográfica monumental aí produzida.

Com efeito, verifica-se que a segunda edição dos *Diálogos de Vária História* parece ser muito mais “politicamente correta” do que a primeira edição, não só em virtude da correção relativamente às origens de D. Teresa, mas também pela defesa do milagre de Ourique e da certidão de D. Afonso Henriques, e ainda pelo encómio da União Ibérica. Em todo o caso, também não podemos dizer que se verificou uma perfeita uniformização de tom dada a existência, nas duas edições, de uma passagem surpreendente onde a imagem de D. Afonso Henriques é diminuída. Trata-se do episódio do desastre de Badajoz, quando o primeiro rei português parte a sua perna e é preso pelo ex-genro, Fernando II de Leão. Neste trecho, Mariz apresenta-nos um rei idoso, colérico, insensato e intempestivo que se lança para uma aventura que corre inevitavelmente mal... Ameaçado pelo inimigo, Afonso Henriques entra em pânico, refugia-se em Badajoz e, não se sentindo seguro aí, tenta prosseguir a fuga em direção a Portugal, partindo a perna nesta atropalhação³⁵... A

³⁴ O debate sobre a legitimidade de D. Teresa ocupa os cap. XII - “Em que se trata da calidade da Rainha Dona Tareja. Disputase se foi filha legitima del Rey dõ Afonso o Sexto.”; XIII - “Proseguese a materia da legitimidade da Rainha Dona Tareja, citase hũ Breue do Papa Gregorio Septimo, do qual consta a resolução deste ponto.” e XIII - “Mostrase como a Rainha Dona Tereja teue aução à herança dos Reynos de Leão, & Castella, referêse escrituras notáveis.”, ocupando os fl. 25r a 31v do Livro VIII da III Parte da *Monarchia Lusitana* (Brandão 1632).

³⁵ “Mas como as mundanas cousas então estejam menos seguras, quando mais prosperas: não foy bastãte o inuenciuel animo do nosso Rey, para deyxar de receber em sua pessoa hum grande contraste da fortuna. Porque vindo a discordarse com seu genro Dom Fernando, Rey de Leão & Galliza, por algũs dãos que nas suas terras lhe fezera: mandou o Infante seu filho a satisfazerse d’esta perda. Mas sendolhe certificado, que elle fora vencido, & algũa gente presa pelos Lionezes, que à resistencia lhe sahirão: tanto sentio esta desacostumada quebra, que não lhe sofreo o seu alto animo, não se sanear logo d’ella: antes sem esperar pelo Infante, nem hauer

versão da história que Mariz conta é a mais desfavorável, transmitida por algumas crónicas castelhanas, nomeadamente a *Historia de Rebus Hispanie* do Arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada, vulgo “o Toledano”, elaborada nos anos 40 do séc. XIII (livro 7º, cap. VI e sobretudo XXIII) e a “Versão retoricamente amplificada”, uma reelaboração da “Versão primitiva” da *Estoria de Espanna* afonsina que teve lugar no reinado de Sancho IV (Afonso X 1977: 675a-b – cap. 996). Esta versão é totalmente contrariada pelas crónicas produzidas no ocidente ibérico, o que inclui a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, que terá sido fonte dos *Diálogos de Vária História* e que conta o episódio de modo diametralmente diferente pois opta por uma versão onde o rei português quebra a perna no afã de ir ter com os seus homens que estavam a ser atacados pelos leoneses. Ainda consegue combater um pouco, mas o seu cavalo não consegue resistir aos ferimentos e cai sobre a perna partida do rei, abrindo assim via para a sua captura (Galvão 1995: cap. XLVIII)³⁶. Ignora-se por que razão Pedro de Mariz terá acolhido a versão dos acontecimentos mais contrária a Afonso Henriques. A possibilidade de considerar que este ponto poderia ter escapado aos olhares críticos daqueles que procuravam estabelecer uma imagem imaculada do primeiro rei português afigura-se-nos

respeyto a sua muyta idade de oytenta & cinco annos, entrou poderosamente contra Galliza: & tomando por forsa d’armas algũs lugares d’ella, se tornou ao seu Reyno. Em o qual, não se hauendo ainda por satisfeyto, refez o exercito, & passando as aguas de Guadiana contra a cidade de Badajoz, que cahia na conquista do Reyno de Leão: de tal maneyra a combateo, que depois de ter ganhado as duas partes da cidade, fez encerrar os Mouros no alto d’ella. Não tardou Elrey de Leão, que cõ hum poderoso exercito lhe não viesse arrebatat da mão a principiada vittoria, hauendo antre elles hũa perfiada batalha: em a qual, vendo Elrey Dom Affonso os seus quasi desbaratados, se retirou a Badajoz. Onde não se dando ainda por seguro, acordou de se sair da cidade, & tornarse ao seu Reyno: porem ao sair d’ella, o fez com tanta pressa & desatino, que deu cõ hũa perna em o ferrolho da porta, com que a tratou de tal maneyra, que não se podêdo tẽr no cauallo, foy cair junto da estrada, onde depois de brauissima resistencia, que em sua defensão fez seu irmão Dom Pedro: foy Elrey preso pela multidão dos Leonezes, no anno do Senhor, mil & cento & setenta & noue. E leuado ante Elrey Dom Fernando seu genro, elle o recebeo benignamẽte, & tratou como a pay verdadeyro: assi na cura de sua pessoa, que lhe procurou com muyta diligencia, como em não aceytar cousa algũa, de muytas que, por sua liberdade lhe offercia: cõtentandose sò com inteyra restituição do que lhe tinha tomado ẽ Galliza, & a conseruação da vassallagẽ que Portugal deuia ao Reyno de Leão.” (Mariz 1599: 56r-v).

³⁶ Na primeira edição, de 1594, a passagem encontra-se no fl. 50r-v. Para um estudo comparativo sobre o modo como o desastre de Badajoz é visto por crónicas medievais do centro e do ocidente peninsulares, ver Dias 2008.

pouco credível, uma vez que não se trata propriamente de uma passagem “discreta”. Assim, podemos pensar que a manutenção deste episódio poderá ter sido uma forma de Mariz também responder a eventuais críticas, mas, neste caso, promovendo a sua própria idoneidade, mostrando que também é capaz de contar os episódios menos felizes, uma atitude que já não é seguida pela *Monarchia Lusitana*, que apresenta a versão heróica deste episódio, favorável a Afonso Henriques³⁷.

Em todo o caso, e salvo exceções pontuais, como é o caso do relato do desastre de Badajoz, nota-se uma marcada sintonia e complementaridade entre os *Diálogos de Vária História* e a *Monarchia Lusitana*. Estas duas obras, aparentemente, são muito diferentes. A *Monarchia Lusitana* assume-se como uma história oficial, um monumento equiparável às *Grandes Chroniques de France*, compiladas pelos monges de Saint-Denis. Apesar de, contrariamente ao mosteiro francês, Alcobaça não se ter constituído como mausoléu indiscutível (uma honra na qual Santa Cruz de Coimbra suplantava por ser a guardiã dos corpos dos primeiros reis de Portugal), este mosteiro conseguiu constituir-se como guardião da memória histórica do reino. Já os *Diálogos de Vária História* não aspiram, de todo, à monumentalidade. Pelo contrário, militam no campo da divulgação e da vulgarização literária, a meio caminho entre a ficção, um texto de opinião, um registo historiográfico e uma obra didática³⁸. Porém, há que notar que as duas obras se

³⁷ “Não duidou elRey Dom Afonso de lhe apresentar batalha, [...]. Porem foy a desgraça que ao sair pella porta da Cidade para o campo, deu ElRey cõ a perna em o ferrolho, que ficara mal corrido, com que recebeo notauel dano, & o caualo em que hia ficou muito ferido. Chegando deste modo aos contrarios, sustentou a batalha ate que o caualo cahio, & leuandolhe a mesma perna debaixo, o deixou impossibilitado para se leuantar & deu lugar a seus inimigos o prenderem.” (Brandão 1632: 226v). A versão negativa é aludida de passagem no fl. 227r, atribuída a “Alguns autores Castelhanos”, mas imediatamente contraposta às versões que a contrariam.

³⁸ Note-se que a obra teve uma notória fortuna no setor do ensino, o que terá tido uma grande importância para o seu sucesso editorial que se estendeu inclusivamente a terras espanholas onde é possível encontrar exemplares (mesmo das edições mais antigas) cujos antepassadores eram colégios de Jesuítas e que entretanto transitaram para bibliotecas universitárias, caso dos exemplares existentes nas bibliotecas da Universidade de Salamanca e da Universidade Complutense de Madrid. Estas evidências mostram-nos que os *Diálogos de Vária História* foram adotados por projetos educativos específicos, nomeadamente da companhia de Jesus, sendo ainda de notar o facto de se tratar de uma obra escrita em português que seria usada no ensino realizado em Espanha.

completam na medida em que visavam públicos de perfil diverso, mas alinhando o seu discurso por um projeto cultural comum, à semelhança da convergência que terá unido os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça no envidar de esforços com vista à beatificação de D. Afonso Henriques, processo este de que, a chegar a bom porto, também lhes traria benesses e poder acrescido.

Em todo o caso, apesar de Pedro de Mariz ter sido, em grande parte, porta-voz de posições político-religiosas da época e apesar de defender a validade de documentação falsa, percebe-se que se trata também de um autor que não é amorfo no modo como se posiciona perante o que relata. Polémico e criticado, manifesta gosto pelo debate e pela argumentação, sendo opinativo e dando ainda provas de uma marcada preocupação com a sua imagem coeva e futura, esforçando-se por construir e transmitir um perfil de historiador responsável, sério e fiável.

Bibliografia

Afonso X (1977): Afonso X, *Primera Crónica General de España* (ed. de Ramón Menéndez Pidal e reed de Diego Catalán), Madrid, Gredos.

Almeida (2011): Isabel Almeida, “Mariz, Pedro de”, in Vítor Aguiar e Silva (coord), *O Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, pp. 572-577.

Alpalhão / Dias (2016) Margarida Santos Alpalhão / Isabel Barros Dias, “Diálogos Portugueses: contributo para um catálogo (Idade Média-século XVIII)”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 33, pp. 457-518 - Disponível em: http://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu/span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume33/12%20ehum33.santos%26barros.pdf

Amado (2003): Teresa Amado, “Ainda sobre o milagre de Ourique”, in Ana Paiva Morais / Teresa Araújo / Rosário Santana Paixão, *Da Decifração em Textos Medievais. IV Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*, Lisboa, Colibri, pp. 301-310.

Araújo / Malheiro (1997): Alberto Araújo / Armando Malheiro, “Afonso Henriques, o mito fundador e a recorrência mítica”, *Actas do 2º Congresso histórico de Guimarães. D. Afonso*

Henriques na história e na arte, Guimarães, Universidade do Minho / Câmara Municipal de Guimarães, pp. 317-404.

Arraiz (1598): Frei Amador Arraiz, *Dialogos de Dom Frei Amador Arraiz, bispo de Portalegre*, Coimbra, Em casa de Antonio Mariz Impressor.

Brandão (1632): Frei António Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lvsitana*, Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1632 [fac-simile pela IN-CM, 2008].

Brochado (1958): Idalino Ferreira da Costa Brochado, “Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, vol. 8, pp. 305-337.

Buescu (1987): Ana Isabel Carvalhão Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC.

Buescu (1991): Ana Isabel Buescu, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique” in Bethencourt, Francisco e Curto, Diogo Ramada (eds.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 49-69.

Carvalho (1914): Teixeira de Carvalho, “Pedro de Mariz e a Livraria da Universidade de Coimbra”, *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 8, pp. 389-398 e n.º 9, pp. 438-446.

Carvalho (1973): A. Saraiva de Carvalho, “O biógrafo de Camões. Pedro de Mariz e os seus *Diálogos de Vária História*”, *Gil Vicente. Revista de Portugalidade*, vol. XXIV, 2ª série, n.º 1 e 2, pp. 13-19.

Castro (1914): A. M. Simões de Castro, “Alguns apontamentos acêrca da 2ª edição dos *Diálogos de Vária História* de Pedro de Mariz”, *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 7, pp. 347-350.

Cintra (1957): Luís Filipe Lindley Cintra, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, *Revista da Faculdade de Letras*, 23, III série (1), pp. 168-215.

Cintra (1989): Luís Filipe Lindley Cintra, “A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal (Origens e evolução)”, *ICALP Revista*, 16-17, pp. 64-78.

- Crónica de Portugal de 1419* (1998) (ed de Adelino de Almeida Calado), Aveiro, Universidade de Aveiro.
- David (1955): Pierre David, “Au sujet du «De expugnatione Scallabis»”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 6, pp. 45-46.
- Dialogyca. Biblioteca Digital de Diálogo Hispánico*. Universidad Complutense de Madrid - Instituto Universitario Menéndez Pidal - <http://www.dialogocabddh.es> [data do último acesso: 13 de junho de 2016].
- Dias (2008): Isabel de Barros Dias, “O ‘Desastre de Badajoz’ em crónicas do Ocidente e do Centro da Península Ibérica”, in Tobias Brandenberger / Elisabeth Hasse / Lydia Schmuck (Hrsg.), *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tübingen, Calepinus Verlag, pp. 23-44.
- Fino (1999): Francisco Saraiva Fino, “Na fábrica do mito. Algumas notas sobre a estória de D. Afonso I”, *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, XVI, pp. 231-245.
- Galvão (1995): Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, IN-CM.
- Gómez (2000): Jesús Gómez, *El diálogo renacentista*, Madrid, Ediciones del Laberinto.
- Herculano (1901): Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*. Tomo I, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- Jiménez de Rada, Rodrigo (1987): *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada* (ed. de Juan Fernández Valverde), Turnhout: Brepols.
- Mariz (1594): Pedro de Mariz, *Dialogos de Varia Historia*, Coimbra, Na Officina de Antonio de Mariz.
- Mariz (1599): Pedro de Mariz, *Dialogos de Varia Historia*, Coimbra, Na Officina de Antonio de Mariz.
- Maurício (1990): Carlos Coelho Maurício, “Entre silêncio e ouro - sondando o milagre de Ourique na cultura Portuguesa”, *Ler História*, 20, pp. 3-37.
- Nascimento (1978): Aires A. Nascimento, “O milagre de Ourique, num texto latino-medieval de 1416”, *Revista da Faculdade de Letras*, IV série (2), pp. 365-374.

- Nascimento (2011): Maria Teresa Nascimento, *O Diálogo na Literatura Portuguesa. Renascimento e Maneirismo*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- Nascimento (2012): Aires A. Nascimento, "O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos Mouros (a. D. 1147)", in *Ler contra o Tempo: condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, vol. I, pp. 465-482.
- Rau / Macedo (1965): Virginia Rau e Jorge B. de Macedo, "Da biografia e obra de Pedro de Mariz", in Pedro de Mariz, *História da Vida Milagres e Canonização do Bemaventurado S. Hyacintho da Ordem dos Pregadores*, Lisboa, IAC-CEH, 1965, pp. 7-23.
- Resende (2009): André de Resende, *As Antiguidades da Lusitânia* (introdução, tradução e comentários de R. M. Rosado Fernandes), Lisboa, FCG.
- Rodríguez González (2007): María Carmen Rodríguez González, "Concubina o esposa. Reflexiones sobre la unión de Jimena Muñiz con Alfonso VI", *Studia Histórica. Historia Medieval*, 25, pp. 143-168.
- Rosa (1997): Maria de Lurdes Rosa, "O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média", *Actas do 2º Congresso histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques na história e na arte*, Guimarães, Universidade do Minho / Câmara Municipal de Guimarães, vol. 3, pp. 83-123.